

AS PROJEÇÕES DE BRASIL E ARGENTINA NA DEFESA DO TERRITÓRIO E DOS RECURSOS NATURAIS NO OCEANO ATLÂNTICO

Lucas de Toledo Amici (Universidade Estadual de Campinas)

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo discutir o conjunto de medidas e ações para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais de Argentina e Brasil no Atlântico Sul. Também se procurou entender a importância histórica e econômica do oceano Atlântico para esses países Sul Americanos e suas relações com os Estados Unidos e Inglaterra, atual país hegemônico e o país hegemônico anterior, respectivamente, que ainda possuem interesses neste oceano. Para a realização deste trabalho, foram realizadas a revisão bibliográfica e a análise de conteúdo de trabalhos recentes sobre a área do Atlântico Sul e outros temas que tenham ligação com a área e documentos de política nacional, legislações dos países e tratados internacionais, a partir de diversas fontes, tais como documentos de órgãos de segurança dos governos, jornais e agências especializadas.

Palavras-chave: Brasil, Argentina; Atlântico Sul.

Introdução

A atual consolidação da geopolítica chinesa somada a longa crise econômica europeia tem causado importantes impactos no eixo econômico mundial, que se desloca cada vez mais do oceano Atlântico para o oceano Pacífico. A mudança do foco dos Estados Unidos, ainda o agente hegemônico global mais importante, para o oceano Pacífico, abre vazios para que outras potências regionais tomem o seu lugar no controle econômico, militar e diplomático do oceano Atlântico que permanece como um espaço marítimo importante.

O caso mais próximo dessa nova configuração corresponde a área do Atlântico Sul, parte do globo que é circunscrita essencialmente por países chamados periféricos, que abrange os continentes da América do Sul (na sua porção leste) e da África (oeste). O Brasil se mostra como o principal protagonista dessa parte do oceano, sendo o responsável, em 1986, pela criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

(ZOPACAS), além de sua soberania sobre os recursos energéticos existentes na sua costa. Além dele, destaca-se também a Argentina, sobretudo pelas demandas territoriais na região e seus recursos energéticos, além do controle sobre as Ilhas Malvinas, território em disputa com o Reino Unido.

Para consolidar a sua zona de influência no Atlântico Sul será necessário para os países cumprir diversos objetivos que vão desde o desenvolvimento de uma indústria de defesa até a formação de blocos econômicos e de cooperação com os países costeiros desta região. Dentre os quais, destacam-se: Angola, Nigéria e África do Sul.

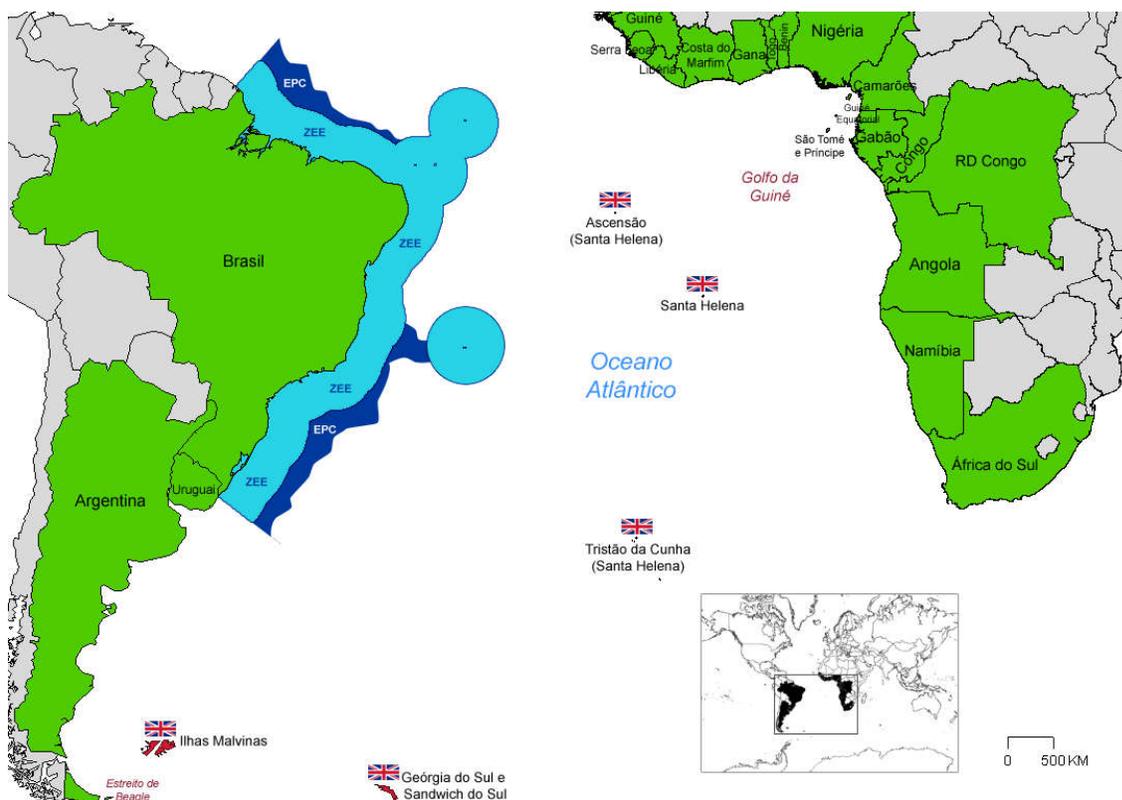
Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o papel atual do Atlântico Sul e as estratégias de controle e defesa do Brasil e da Argentina para esta parte do oceano Atlântico. Buscou-se encontrar relações dos países com o oceano ao longo da sua história, tendo como intenção interpretar suas atuais motivações, assim como assim como entender a utilização dos espaços oceânicos a partir de um marco jurídico como a Convenção das Nações Unidas sobre Direitos do Mar (CNUDM). Pretende-se compreender as possíveis associações das estratégias nacionais de defesa, as capacidades de soberania do território em controlar áreas marítimas e projetar o seus poderes navais, discutindo a importância deste tipo de poder na atualidade. Pretende-se analisar como as ações dos países ao longo da história influenciam e tem influenciado o espaço, principalmente depois da descoberta dos recursos naturais, como o pré-sal.

O Atlântico Sul se encontra ao sul da linha do Equador, no hemisfério Sul. Tem uma grande importância estratégica por conectar a América do Sul com a África. Por isso, foi o grande elo de comunicação e transporte da economia-mundo escravista, entre os séculos XVI e XIX. Atualmente, mais de 90% do comércio internacional de Brasil e Argentina flui pelo Atlântico, e quase toda a sua importação de petróleo também atravessa suas águas, sendo uma alternativa importante para o transporte de navios de grande porte ou de materiais de mais alta periculosidade.

A Argentina possui o segundo litoral mais extenso e a segunda maior plataforma marítima entre os países costeiros do Atlântico, estando somente atrás do Brasil. Apesar disso, os interesses estratégicos no Atlântico Sul dos países ultrapassa a defesa exclusiva das águas jurisdicionais dos seus mares territoriais e das suas Zona Exclusiva Econômica (ZEE), e se estende a algumas milhas do seu litoral, até a África, à fronteira com o Caribe e ao território da Antártida.

Além dos países localizados na região, o Reino Unido mantém a posse de um cinturão de ilhas no Atlântico Sul, as quais ainda tem grande disputa com a Argentina.

Figura 1 | Localização Geográfica, entorno geopolítico e Amazônia Azul brasileira.



Fonte: Elaboração própria, com base de dados da Marinha Brasileira.

Esta pesquisa teve como objetivo refletir sobre o papel atual do Atlântico Sul e as estratégias de controle e defesa do Brasil e da Argentina para esta parte do oceano Atlântico. Buscou-se encontrar relações dos países com o oceano ao longo da sua história, tendo como intenção interpretar suas atuais motivações, assim como assim como entender a utilização dos espaços oceânicos a partir de um marco jurídico como a Convenção das Nações Unidas sobre Direitos do Mar (CNUDM). Procurou-se compreender as possíveis associações das estratégias nacionais de defesa, as capacidades de soberania do território em controlar áreas marítimas e projetar o seus poderes navais, discutindo a importância deste tipo de poder na atualidade. Analisou-se como as ações dos países ao longo da história influenciam e tem influenciado o espaço, principalmente depois da descoberta dos recursos naturais, como o pré-sal.

Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar

Os oceanos tiveram um papel fundamental ao longo da história da humanidade, servindo como espaço dinâmico de interação cultural, comércio, conquista, pacificação, contato entre povos e civilizações e miscigenação. É possível deduzir que os espaços marinhos foram determinantes para a conformação da sociedade de Estados como vemos hoje. Muito da sorte e do destino dos povos foi determinado por sua posição geográfica em relação ao mar e, em rápida perspectiva de análise evolutiva histórica.

No entanto, o primeiro princípio da uma jurisdição estatal sobre ele só foi ocorrer no século XV, quando ficou estabelecido que um Estado tem o direito de exercer soberania sobre a faixa marítima que se estendia de sua costa até o alcance máximo do tiro de canhão, que na época atingiram apenas 3 milhas. O restante era regido pelo princípio de *mare liberum*. Essa regra perdurou até o século XX, quando, segundo Barbosa (2012, p. 16)

a exploração econômica do mar deixou de estar restrita à pesca e à navegação, e a comunidade internacional, sob a égide da Liga das Nações, iniciou as discussões a fim elaborar um regime jurídico internacionalmente reconhecido para o meio marinho.

Um marco importante nesse processo de definição de responsabilidades dos países dentro de cada espaço marítimo foi a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e abertura à assinatura da CNUDM. Dentre as diversas definições jurídicas expostas na CNUDM, os conceitos de Mar Territorial (MT)¹, de Zona Contígua (ZC), de Zona Econômica Exclusiva (ZEE)², de Plataforma Continental (PC)³, de Alto-Mar e da Área.

A CNUDM deu aos países as suas primeiras leis nacionais e políticas públicas que se caracterizaram por ações integradas e que permitiram o gerenciamento do seu oceano.

O Atlântico Sul na perspectiva de Brasil e Argentina

1 Mar Territorial é um espaço marítimo que se estende da linha de base (da costa) até 12 milhas dentro do qual o Estado costeiro dispõe de direitos soberanos idênticos aos de que goza em seu território.

2 De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os países costeiros têm direito a declarar uma ZEE de espaço marítimo para além das suas águas territoriais, na qual têm prerrogativas na utilização dos recursos, tanto vivos como não-vivos, e responsabilidade na sua gestão ambiental. (Fonte: www.oeco.org.br/dicionario-ambiental)

3 A plataforma continental compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, e sobre a qual, os países exercem direitos de soberania para efeitos de exploração dos recursos naturais.

Para o Brasil, ainda que a discussão sobre o oceano já estivesse presente desde a fundação dos seus pensamentos geopolíticos, particularmente com a obra “Projeção Continental do Brasil” (1935), de Mário Travassos, ela se intensificou com a descoberta do pré-sal. A possibilidade que todos os recursos (desde os conhecidos até os ainda por descobrir) alojados nessa profunda camada do oceano estejam sob a soberania do Brasil representaria um elemento geopolítico muito relevante que pode promover o país como um *Global Player* em matéria energética.

No que tange o seu espaço, compreendido na sua forma, tamanho, fronteiras e conteúdo, o Brasil possui um caráter muito particular se comparado aos outros países da América do Sul, por apresentar a maior costa atlântica do mundo, situando o oceano Atlântico como uma importante rota comercial do hemisfério sul e do mundo.

Segundo Mário Travassos (1935), considerado o pai da geopolítica brasileira, o oceano a Atlântico pode ser considerado como o grande trunfo do Brasil, pois é o foco da grande maioria das relações dos países no globo. Outro renomado geopolítico brasileiro, o General Gobery de Couto e Silva⁴, também influenciado pelas ideias da geopolítica clássica, como os conceitos de “espaço” e “posição” de Ratzel, e a teoria de “Heartland” de Mackinder, considerava ainda na década de 1950 o Brasil como privilegiado em relação aos outros países, devido as suas riquezas naturais e sua posição geoestratégica no Atlântico Sul (CARVALHO, 2010). Assim, ele considera que somente o Brasil poderia reivindicar junto aos Estados Unidos o status de principal potência da região do Atlântico Sul, sendo uma área vital para o uso da “Pax Americana”⁵.

Para Carvalho (2010), Golbery enxerga o Brasil como “satélite privilegiado”, pois ainda que subordinado aos Estados Unidos, poderia ser o controlador dos “estados-vassalos” no continente sul-americano, além de fazer a supervisão do atlântico sul, protegendo assim o ocidente e controlando o expansionismo soviético.

Golbery *apud* Carvalho (2010) ainda ressalta os motivos que fazem com o que o Brasil tenha primazia em relação aos outros países do continente sul americano, sendo merecedor da aliança com os Estados Unidos, como a posição privilegiada na costa

4 Golbery do Couto e Silva (1911 - 1987) foi um general e geopolítico brasileiro conhecido como um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional, elaborada nos anos 1950.

5 A Pax Americana é um termo latino referindo-se a hegemonia norte-americana no mundo. Henry Kissinger, diplomata norte-americano que teve um papel importante na política de defesa, define o Brasil como um dos “Key Countries”, que são países subalternos que tem por fim manter a “Pax Americana” em áreas estratégicas (SPEKTOR, 2009).

atlântica meridional e a importância geoestratégica do nordeste para a defesa do ocidente e das rotas.

Além do privilegiado fator locacional, o Atlântico Sul brasileiro também contém um inestimado valor econômico, com uma diversidade de espécies marinhas e riqueza mineral. Por conta disso, a região oceânica passou a ser denominada pela Marinha Brasileira como *Amazônia Azul*, tendo o pré-sal como o grande mobilizador das estratégias de defesa e de desenvolvimento brasileiro.

Intitula-se Amazônia Azul uma área oceânica de aproximadamente 3,6 milhões de km², compreendida pela extensão do Mar Territorial⁶, somada à ZEE (188 milhas) e à extensão da Plataforma Continental. Sua denominação foi empregada em 2004, pelo ex-Comandante da Marinha, Roberto Carvalho, devido a sua área e riqueza natural, de grande diversidade biológica e mineral e ameaçada de explorações predatórias, assim como na Amazônia Verde (PENHA, 2012).

Ao longo de toda a sua história, o Brasil sempre apresentou uma relação de dependência com o mar. Atualmente, sua área marítima é responsável por mais de 90% do comércio exterior, além da possibilidade da sua atividade pesqueira.

A província do pré-sal corresponde a uma área com aproximadamente 800 km de extensão por 200 km de largura, que compreende o litoral entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, abaixo do leito do mar, e engloba três bacias sedimentares (Campos, Espírito Santo e Santos). O petróleo descoberto na Amazônia Azul foi um marco na indústria petrolífera e no desenvolvimento econômico nacional.

Ao considerar que a Convenção das Nações Unidas sobre Direitos do Mar, de 1982, abre a brecha para a reivindicação dos Estados sobre o oceano em até 350 milhas náuticas de sua costa, o Governo Brasileiro apresentou a ONU uma proposta de extensão sobre sua área marítima além das 200 milhas de Plataforma Continental, pleiteando o reconhecimento de seus direitos sobre mais de 900 mil km², o que elevaria suas dimensões do espaço marítimo brasileiro para 4,4 milhões de km². Como consequência, o Brasil poderia explorar os recursos minerais, biológicos e fósseis presentes nesse espaço marítimo.

A incorporação de nova área altera significativamente as fronteiras marítimas do território brasileiro e possibilita a proteção dessa província petrolífera.

⁶ Mar Territorial é um espaço marítimo que se estende da linha de base (da costa) até 12 milhas dentro do qual o Estado costeiro dispõe de direitos soberanos idênticos aos de que goza em seu território.

O atual crescimento na captação de petróleo no pré-sal coloca o Brasil em destaque não somente pela provável comercialização desse insumo energético, como também no papel de um *Global Player* com influência no Atlântico Sul. Assim, se por um lado estima-se que a riqueza desse território impulsiona o desenvolvimento da economia brasileira, tomando por base o perfil de grande produtor e exportador de petróleo, por outro ela abre a possibilidade para tornar o Brasil um importante ator geopolítico.

O petróleo é um elemento de grande influência nas relações geopolíticas, desde quando se tornou a matriz energética básica da sociedade industrial, e o elemento fundamental para o funcionamento da economia moderna. Raffestin (1993) considera os trunfos petrolíferos como os mais espetaculares da política global e um grande instrumento de poder.

Nesse aspecto, é importante conceituar o significado de “poder”. Para se compreender as relações de poder é preciso, inicialmente, diferenciar Poder de poder. Enquanto o primeiro se manifesta através da soberania do Estado, como na forma visível de uma lei, o segundo representa um ente imaterial, coercitivo, próprio de toda relação e produto de uma combinação variável de energia e informação.

O poder se fundamenta no trabalho, em quem controla uma maior parcela de fluxos de energia e informação. Numa perspectiva anacrônica, ele se estrutura na “capacidade que os homens têm de transformar, por seu trabalho e ao mesmo tempo, a natureza que os circunda e suas próprias relações sociais” (RAFFESTIN *apud* LAPIERE, 1993, p. 56).

Entre os trunfos do poder estão a população, o território e os recursos. Os três – sempre juntos e nessa ordem – ilustram uma miríade de conflitos entre os Estados. À medida que a população é o sujeito das ações, ou seja, aquele que tem a capacidade de transformar, o território e os recursos são os cenários onde acontecem as relações (com o primeiro correspondendo a generalização e o segundo ao particular, onde se condicionam as ações).

No que se refere a população, ressalta-se que as principais metrópoles brasileiras se assentam próximas ao oceano Atlântico.

A grande variedade de recursos presentes na Amazônia Azul também é de grande importância para o Brasil. Como expressam alguns autores, somente a partir dos seus recursos é que os Estados procuram maximizar a sua quota de poder mundial (MEARSHEIMER, 2007). Defender e/ou expandir os recursos que se encontram em seu

território transforma-se um meio para uma nação demonstrar a sua soberania (GOTTMANN, 2012).

Raffestin (1993) considera como recurso o produto final da relação da matéria, o ator e o trabalho. Diferentemente da matéria, que também se materializa no espaço, ele não se encontra naturalmente, necessitando uma intervenção externa. A principal característica dos recursos está na sua capacidade de se diversificar em função das atuais demandas, o que lhes atribuiu contínuas transformações no território ao longo da história.

A partir da descoberta dos recursos, a delimitação do Atlântico Sul para o Brasil se torna objeto de discussões conceituais envolvendo interesses econômicos, políticos e percepções estratégicas. Tipos como este de redefinições espaciais usualmente ocorrem em função de conflitos estatais, choques de interesses, ocupações ou de mudanças nos padrões e instâncias de decisão nas relações internacionais, tornando-se importante a sua compreensão nas projeções dos novos cenários geopolíticos.

Sendo assim, entende-se que uma indústria de defesa nacional forte e bem estruturada se torna um instrumento importante não somente para entender o crescimento econômico de um país, mas também para estabelecer o seu poder, o que pode estar diretamente ligado ao aumento da importância de um país na esfera internacional e política. Por esse motivo, um Estado forte pode ser caracterizado a partir dos seus gastos militares.

Os resquícios coloniais, embora muitas vezes estabeleçam ligações históricas entre os países, se transformaram no grande empecilho para o desenvolvimento de uma integração da regional do Atlântico Sul para a produção de sistemas de defesa mais intensivos. Isso fica evidente com a grande influência político-militar de países extrarregionais e com histórico de políticas expansionistas e imperialista. As políticas de segurança e defesa no espaço marítimo, desta forma, tornaram-se necessárias também a esses atores exógenos, como se nota com a reativação da *IV Frota*⁷ por parte dos EUA e as disputas territoriais envolvendo o Reino Unido e a Argentina, com o conflito da expansão das suas Plataformas Continentais.

Percebe-se que essa circunstância – a presença de países de outras regiões no espaço marítimo – é o que move, por exemplo, as perspectivas argentinas para o Atlântico Sul, sobretudo pelas demandas territoriais e seus recursos energéticos. As discussões pelos arquipélagos austrais das Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul com o

7 A *IV Frota* é uma divisão da Marinha dos EUA responsável por operações no Atlântico Sul durante a Segunda Guerra Mundial, atuando como um componente do Comando do Sul até 1950. Foi reativada no ano de 2008.

Reino Unido já duram mais de 30 anos e se reacenderam recentemente devido ao potencial petrolífero provado nas Malvinas, uma vez que empresas britânicas iniciaram prospecções em 2010.

A soberania territorial vai além dos insumos energéticos (gás e petróleo) encontrados nas plataformas continentais da Argentina e do Reino Unido no Atlântico Sul, ao considerarmos que o território argentino é uma importante rota geoestratégica para o comércio. As passagens interoceânicas do Canal de Beagle e do Estreito de Drake são objetos de particular relevância para a Argentina, que ligam os oceanos Atlântico e Pacífico, o que

representa a única opção para que barcos de grande porte, como superpetroleiros, barcos de guerra e submarinos possam alcançar o Oceano Pacífico pelo sul do subcontinente e por serem também rotas empregadas para o transporte de substâncias como plutônio e material radioativo. (VAZ, 2011, p. 66)

Além das ilhas, outro espaço marítimo importante para a Argentina no Atlântico Sul é a Antártica. Em 2010⁸, o senado argentino sancionou a lei na qual se estabeleceu de todo o sistema educativo e todas as repartições públicas a utilizar o mapa bicontinental da república da Argentina. Para Fernández (2014) essa aprovação foi fundamental para que a população argentina tenha consciência do seu território e a dimensão de suas riquezas.

A presença argentina na Antártica se constitui em uma política de estado desde 1904. Por 40 anos foi o único país a explorar o continente. Segundo Roman (2017), com relação a defesa argentina, a Antártica se apresenta como um espaço desbalanceado de poder militar, em que é necessário a presença argentina para evitar o domínio de recursos naturais estimados por atores como o Reino Unido. Além disso, o país demonstrado interesse estratégico no desenvolvimento científico e de captação de recursos.

As principais diferenças da Argentina para o Brasil nas pretensões para a região do Atlântico Sul podem ser classificadas nas perspectivas militar, pois o conflito com o Reino Unido exige que aquele país tenha uma Força Naval com capacidades ofensivas. Por outro lado, os países se assemelham pelo interesse de ampliação da sua Plataforma Continental, em consequência dos recursos energéticos, e na visão do oceano como uma importante rota marítima.

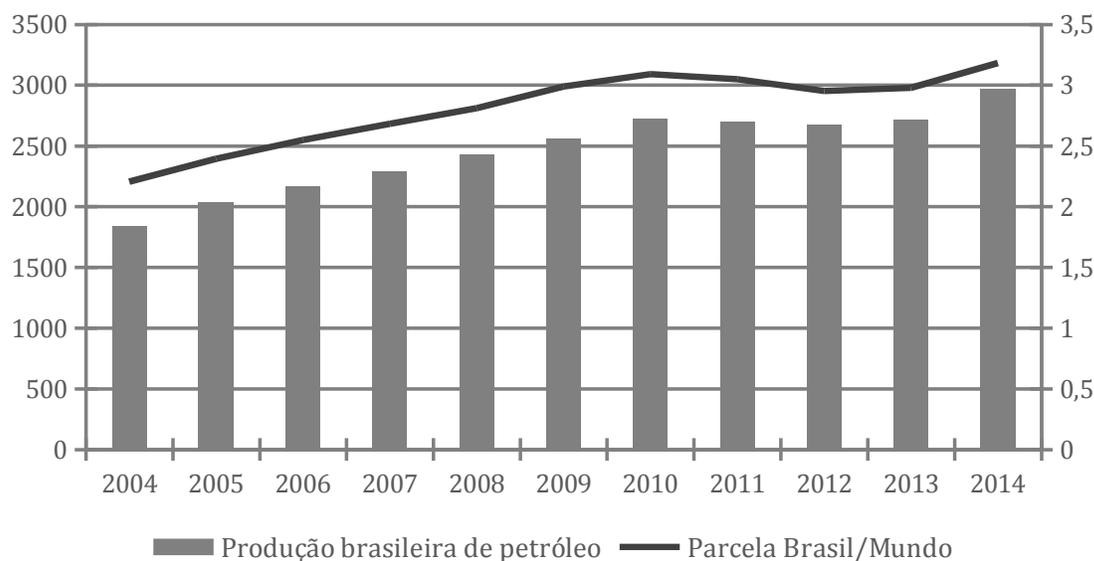
Amazônia Azul e pré-sal brasileiro

⁸ Lei 26.651, publicada no Boletim Oficial N° 32. 029 (16/11/10).

O Brasil é o país que apresenta a maior costa atlântica do mundo, o que torna o Atlântico Sul vital para a segurança nacional, situando uma importante rota comercial do hemisfério sul e do mundo. Além do privilegiado fator locacional, o Atlântico Sul brasileiro também contém um inestimado valor econômico, com uma diversidade de espécies marinhas e riqueza mineral. Por conta disso, a região oceânica passou a ser denominada pela Marinha Brasileira como *Amazônia Azul*, tendo o pré-sal como o grande mobilizador das estratégias de defesa e de desenvolvimento brasileiro.

Como parte da matriz energética brasileira, o petróleo tem apresentado números significativos, sob o âmbito interno e externo, como demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 | Produção de petróleo no Brasil (em milhares de barris diários) e participação (em %) sobre a produção mundial, 2004-2014.



Fonte: Elaboração própria, com base em Martins e Veríssimo (2012) e dados do EIA (2016).

A produção de petróleo no Brasil apresentou um crescimento significativo na década 2004-2014. Em 2014, a quantidade produzida aumentou 61% em relação ao ano de 2004. Além disso, a parcela da produção nacional de petróleo sobre a produção mundial aumentou durante esse período, indo de 2,2% no ano 2004 a 3,2% em 2014.

Tabela 1 | Reservas provadas de petróleo no Brasil (em bilhões de barris) e participação (em %) sobre as reservas provadas mundiais.

Ano	Brasil	Mundo	Parcela Brasil/Mundo
1994	3,6	999,5	0,4
2004	8,5	1266,2	0,7

2014	15,0	1655,6	0,9
------	------	--------	-----

Fonte: Elaboração própria, com base em Martins e Veríssimo (2012) e dados do EIA (2016).

Ao considerar a evolução das reservas provadas de petróleo no Brasil e no mundo nas últimas três décadas, observa-se um aumento expressivo na quantidade de barris das reservas provadas no Brasil, que aumentou em 317% nesse período. Levando-se em consideração o aumento das reservas de petróleo provado no mundo (66%), esse aumento foi bem mais significativo, dando uma maior autonomia para o Brasil.

Considerações finais

Brasil e Argentina expandem os limites da soberania nacional não somente por motivos econômicos, mas também por propósitos estratégicos e de exclusividade. Assim, torna-se necessária uma nova visão do território nacional, onde o oceano tenha o papel central na defesa e no uso dos recursos. Os números mostram um aumento da relevância principalmente do Brasil no mundo na produção de petróleo após a descoberta do pré-sal, o que faz que suas reservas petrolíferas sejam o principal catalisador das ações militares no Atlântico Sul do país devido não somente às suas exigências de defesa que garantam a sua exploração, mas também por possibilitar seu avanço territorial.

Ao contrário do Brasil, que tem uma postura diplomática com os outros países no oceano, a Argentina apresenta disputas territoriais no Atlântico Sul com o Reino Unido sobre a posse de um cinturão de ilhas antárticas. Além disso, o território do continente antártico se mostra interessante para o país, que tem por estratégia condicionar a sua população a aceitar a Argentina como um país bicontinental, em que se adiciona parte da Antártica ao seu território.

A CNUDM foi um importante marco para dar autonomia aos países para reclamar uma zona de exclusividade de exploração. No entanto, abriu brechas para que eles pudessem reivindicar 200 milhas até mesmo sobre ilhas, o que causou conflitos de Argentina com o Reino Unido na exploração de petróleo e do Brasil com a ONU na expansão da sua plataforma continental.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Sérgio Ricardo Segovia. *A Amazônia Azul: sua gênese e sua importância para o Brasil*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2012/BARBOSAS.pdf>> Acesso em: Jul. 2017.

BAVARESCO, Agemir. *A crise do Estado-nação e a teoria da soberania em Hegel*. Sociedade em Debate, Pelotas, 7(3):77-109, Dezembro/2001. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/565/505>. Acesso: 18 Abr. 2015.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. *Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CORREA FILHO, Sérgio Leite Schmitt. BARROS, Daniel Chiari. CASTRO, Bernardo Hauch Ribeiro de. FONSECA, Paulus Vinícius da Rocha. GORNSZTEJN, Jaime. “Panorama sobre a indústria de defesa e segurança no Brasil”. Defesa, BNDES Setorial 38, p. 373-408.

FERNÁNDEZ, Edith V. *La Cuestión del Atlántico Sur y la Antártida*. Observatorio Malvinas, Congreso Internacional de Geografía, 2014.

GOTTMANN, Jean. *A evolução do conceito de território*. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012.

HAESBAERT, Rogério. “Região, diversidade territorial e globalização”. In: GEOGRAPHIA, *Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*, Niterói/RJ, UFF/EGG, 1999, p.15-39.

LEÃO, Brenda Cardoso Severino. SILVA JUNIOR, Carlos Henrique Ferreira da. FELIX, Leticia Silva. PORTO, Luis Filipe de Souza. MARCIANO, Vivian de Mattos. *Relações Brasil-África: a Importância Estratégica do Golfo da Guiné*.

MACKINDER, Halford J. *O Pivô Geográfico da História*. Revista de Geopolítica. Natal, v. 2, n. 2, 2011. Tradução de Thiago Alberto Coloda e Bianca de Andrade.

MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. *Mário Travassos e Carlos Badia Malagrida: dois modelos geopolíticos sobre a América do Sul*. (Dissertação de Mestrado). PROLAM - Universidade de São Paulo, 2011.

_____. *Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: USP/Departamento de Geografia. Tese de Livre Docência, 2000.

MEARSHEIMER, John J. *A tragédia da política das grandes potências*. Lisboa: Gradiva, 2007.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasil: 2012. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/agencia/pdf/LIVRO_BRANCO.pdf>.

PENHA, Eli Alves. *A Fronteira Oriental Brasileira e os Desafios da Segurança Regional no Atlântico Sul*. Revista da Escola de Guerra Naval, v. 18, n. 1, jan./jun. 2012, p. 113-134.

_____. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

PENNA FILHO, Pio. *Regionalismo, segurança e cooperação: o Atlântico Sul como espaço de possibilidades entre o Cone Sul e África Austral*. Caxambú, XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2003.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. “Antropogeografia e Geografia Política”. In MORAES, Antonio C. Robert. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.

ROMAN, Roberto A. *Pensar la Cuestión de las Islas Malvinas desde la perspectiva del Atlántico Sur y la Antártida*. CEPID – Centro de Estudios para la Investigación y el Desarrollo, Santa Fé, 2017.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1935. 2a. ed. ampl.

VAZ, Alcides Costa. 2011. “O Atlântico Sul nas Perspectivas Estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul.” *Boletim de Economia e Política Internacional*, IPEA 6, 63-68.

Sites consultados

IEA – Energy Information Administration – <www.iea.gov>.

MB – Marinha do Brasil – <www.marinha.mil.br>.

MD – Ministério da Defesa – <www.defesa.gov.br>.

GFP – Global Fire Power – <www.globalfirepower.com>.

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute – <www.sipri.org>.